



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETIVO

O objetivo do presente Termo de Referência é traçar diretrizes para obtenção da proposta mais vantajosa na contratação de empresa de prestação de serviços de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO, COLETIVO EMPRESARIAL**, que contemplarão a assistência cirúrgica, fisioterápica, psicológica, centro de terapia intensiva, farmacêutica e atendimento HOME CARE, bem como atendimento e urgência e emergência, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro, com padrão em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, o quarto coletivo deverá ter no máximo 2 (dois) leitos, e atenderá um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos, devendo atender sem carência e sem excluir doenças preexistentes ou crônicas.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de plano privado de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, visa atender ao artigo 52 do Regulamento de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – **CODIN**, proporcionando assistência médica suplementar conforme previsto no artigo 230 da Lei Federal nº 8.112/90, na Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações e Portaria Normativa nº 5 de 11 de outubro de 2010 do Ministério do Planejamento.

É de suma importância retratar que a pretendida contratação possui natureza estratégica e fundamental. Ela assegura a continuidade do fornecimento de **PLANO DE SAÚDE**, aos seus diretores, empregados, empregados cedidos, bem como aos seus servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão e seus respectivos dependentes, e aos seus estagiários e jovens aprendizes, para a garantia de sua saúde, com vistas à composição de um quadro funcional saudável, motivado e produtivo.

O principal objetivo da concessão deste benefício é garantir, preventiva e assistencialmente a saúde dos colaboradores e de seus dependentes, resultando em aumento da qualidade de vida, saúde e bem-estar proporcionando maior produtividade, tendo em vista que o investimento na prevenção possibilita a redução dos afastamentos médicos e previdenciários, resultando na diminuição do absenteísmo, entre outros fatores.

Trata-se, portanto, de contratação essencial e permanente, classificado como Serviços de Natureza Continuada oferecido a todos os colaboradores, seus dependentes e aos estagiários e jovens aprendizes da **CODIN**.

O objeto da Contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o Decreto Federal nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão. A presente contratação foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

### 3. DO OBJETO

O Objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO, COLETIVO EMPRESARIAL**, na forma deste Termo de Referência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	62546	SERVIÇOS DE PLANO DE SAÚDE, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANO DE SAÚDE Código do Item: 0785.001.0001 (ID - 62546)	MÊS	12

#### 4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, contados de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021**, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O prazo contratual poderá ser prorrogado dentro do limite de 5 (cinco) anos previsto no **artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 c/c o artigo 107 do Regulamento de Licitação da CODIN**, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja comprovadamente mais vantajosa para a **CODIN**.

#### 5. DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO

**5.1** Em caso de não cumprimento de algum dos itens indicados no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, será levantada a quantidade de ocorrências para cada um e multiplicada pelos seus respectivos pesos.

**5.2** A somatória da pontuação resultará em desconto, conforme faixas de pontos e percentuais relacionados abaixo:

TABELA DE PONTUAÇÃO	
Abaixo de 30 pontos	Sem desconto
Entre 31 a 50 pontos	0,50% sobre o valor global do contrato
Entre 51 a 70 pontos	1% sobre o valor global do contrato
Entre 71 a 84 pontos	1,50% sobre o valor global do contrato
Acima de 85 pontos	2% sobre o valor global do contrato

**5.3** Os percentuais indicados serão descontados mensal e diretamente do montante total informado pela **CONTRATADA**, na Nota Fiscal de Serviços, referente ao mês avaliado pela **CONTRATANTE**.

#### 6. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

**6.1** Os valores lançados na “Coluna Peso” levaram em consideração a importância das violações contratuais descritas na “Coluna Descrição”.

**6.2** O valor a ser lançado na Coluna “PONTUAÇÃO A DESCONTAR NO MÊS” será a “QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA NO MÊS” lançada multiplicada pelo valor da coluna “PESO”.

**6.3** A pontuação que irá determinar o desconto mensal, será o somatório da coluna “PONTUAÇÃO A DESCONTAR NO MÊS”, baseado na TABELA DE PONTUAÇÃO apresentada no item 5.2.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
 Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
 Diretoria de Administração e Finanças

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO						
SERVIÇO	INDICADOR	DESCRIÇÃO DA VIOLAÇÃO CONTRATUAL	INCIDÊNCIA	PESO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA NO MÊS	PONTUAÇÃO A DESCONTAR NO MÊS
1	Contratual	Atrasos injustificados na entrega das carteiras de identificação;	Por ocorrência	1		0
2	Contratual	Deixar de cumprir quaisquer um dos itens do Edital e do Termo de Referência.	Por ocorrência	5		0
3	Atendimento	Faltas ou atrasos injustificados para realização de atendimento clínico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.	Por ocorrência	5		0
4	Atendimento	Faltas ou atrasos injustificados para realização de atendimento em situações de urgência e emergência.	Por ocorrência	5		0
5	Atendimento	Embaraço administrativo que gere atrasos na prestação do serviço (demora na autorização, dificuldade de operação de sistema de liberação de procedimentos etc.).	Por ocorrência	3		0
6	Atendimento	Negativa de fornecer atendimento aos beneficiários do Plano nos consultórios, clínicas e hospitais (desatualização de cadastro on line).	Por ocorrência	4		0
7	Atendimento	Limitar a quantidade de atendimentos aos beneficiários do Plano consultórios, clínicas e hospitais.	Por ocorrência	5		0
8	Atendimento	Limitar o tempo de permanência aos beneficiários do Plano para internações hospitalares, inclusive, UTI/CTI e UTI NEONATAL	Por ocorrência	5		0
9	Atendimento	Não permitir acompanhante permanente, com alimentação incluída, no caso de paciente menor de 18 anos, ou igual ou superior a 60 anos.	Por ocorrência	4		0
10	Contratual	Cobrar dos ex-empregados aposentados, demitidos sem justa causa e agregados, valores diferentes dos praticados pela CODIN.	Por ocorrência	5		0
		<b>PONTUAÇÃO TOTAL MENSAL</b>			<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>PERCENTUAL DE DESCONTO</b>			<b>0</b>	

## 7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**7.1** Para fins de qualificação técnico-operacional será exigida a apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica e/ou Declarações de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que na condição de cliente final, comprovem a execução satisfatória, pela licitante, dos serviços objeto da licitação, compatíveis em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do universo de beneficiários da **CODIN**, podendo a **CODIN** diligenciar cada um dos atestados apresentados, quanto à sua real veracidade.

**7.2** Os documentos apresentados poderão ser complementados por contratos e outros documentos hábeis que objetivem evidenciar a efetiva prestação de serviços.

**7.3** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de qualificação técnica implicará inabilitação da licitante.

**7.4** O licitante detentor da melhor proposta não deverá estar sob Direção Fiscal da ANS.

**7.5** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar autorização de funcionamento na forma do artigo 8º da Lei nº 9656/98.

**7.6** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar Registro no Conselho Regional de Medicina, em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei nº 6.839 de 30/10/1980 (redação dada pela MP 2177-44/01).

**7.7** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar o Registro do Plano Oferecido na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

**7.8** O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de Registro de funcionamento da licitante.

**7.9** O licitante detentor da melhor proposta deverá comprovar que possui responsável técnico, na Operadora ou Seguradora de Plano de Saúde, através de comprovação de possuir, profissional pertencente ao quadro da empresa, indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, com prazo mínimo de duração determinado, de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução do serviço, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**7.10** Na hipótese de participação de cooperativas deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referentes a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços.

## **8. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**8.1** As despesas com a execução do contrato oriundo deste Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de **2021**, assim classificadas: **Programa de Trabalho: 2271.22.122.0002.2016, Natureza de Despesa: 33903975, Fonte de Recursos: 100 e 230.**

**8.2** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**9.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira licitante vencedora pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo proponente na proposta de preço apresentada.

**9.2** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá encaminhar fatura para pagamento ao Protocolo da **CODIN**, sito à Avenida Rio Branco, 110 – 34º andar – Centro do Rio de Janeiro, CEP 20040-001, acompanhada da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

**9.2.1** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada através do e-mail [contasapagar@codin.rj.gov.br](mailto:contasapagar@codin.rj.gov.br), acompanhada de toda documentação.

**9.3** O pagamento será realizado mensalmente após a atestação dos serviços pela fiscalização da **CODIN**.

**9.4** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**9.4.1** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

**9.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **LICITANTE VENCEDORA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**9.6** No caso de prorrogação do prazo contratual, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA, item “Planos de Saúde”, com periodicidade anual, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

**9.7** O contratado deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010.

## **10. DA GARANTIA**

**10.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, artigo 105 do **Regulamento de Licitações da CODIN**, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**10.1.1** Caso seja eleita a fiança bancária como modalidade de garantia para assegurar a execução do contrato, deverão ser observadas as seguintes disposições, sob pena de não aceitação do instrumento de garantia pela **CODIN**:

a) A instituição emissora da fiança bancária deverá possuir registro ativo no Banco Central do Brasil;

b) A fiança bancária deverá conter as seguintes informações:

I. valor, dados completos do tomador, dados completos do beneficiário, vigência, objeto e nº do Contrato;

II. cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito da afiançada;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- III. indicação da **CODIN** como beneficiária;
- IV. cláusula de renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- V. cláusula estabelecendo prazo de validade até a extinção das obrigações da afiançada;
- VI. declaração de que a Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social, e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários;
- VII. deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria;
- VIII. cláusula com a eleição de foro, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro;
- IX. o subscritor da Carta de Fiança Bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nos itens acima.

**10.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**10.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com os artigos 115 e 116 do **Regulamento de Licitações da CODIN**, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**10.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**10.5** O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**10.6** A apresentação irregular ou não recolhimento, pela **CONTRATADA**, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

**10.7** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CODIN** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

## **11. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1** Caberá ao Gestor e aos Fiscais do contrato nomeados pela **CODIN** o acompanhamento, a coordenação e a fiscalização do contrato, além da manutenção das anotações e registros de todas as ocorrências, com intuito de determinar o que for necessário à regularização das falhas ou problemas observados.

**11.2** O Gestor e os Fiscais do contrato deverão conferir a movimentação e atestar as faturas correspondentes aos serviços prestados e executados, condição indispensável para a quitação delas.

**11.3** O Gestor e os Fiscais do contrato deverão solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

**11.4** O Gestor e os Fiscais do contrato deverão acompanhar e exigir com rigor o cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**11.5** O Gestor e os Fiscais do contrato deverão avaliar o serviço prestado com base nos relatórios extraídos do sistema fornecido pela **CONTRATADA**, observando-se a data do pedido e a data da disponibilidade dos créditos.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento na forma estabelecida, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas, e relativamente aos serviços efetuados e aceitos pela **CODIN**;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** todos os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato oriundo deste Termo de Referência;
- c) Designar representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que anotar em registro próprio todas as ocorrências verificadas;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- e) Comunicar a **CONTRATADA**, com a antecedência necessária, qualquer alteração na prestação do serviço contratado.
- f) Notificar por escrito a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade referente à execução dos serviços contratados.
- g) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato oriundo deste Termo de Referência.
- h) Paralisar e/ou solicitar a reexecução de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o contrato, norma técnica ou qualquer disposição oficial.
- i) Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, e mantidas todas as condições exigidas para habilitação.
- j) É assegurada a **CODIN** a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da **CONTRATADA**, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato oriundo deste Termo de Referência.

## 13. DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

**13.1** O quantitativo de vida que ingressará no plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, integralmente custeado pela **CODIN** está no quadro abaixo:

FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS ATIVOS E DEPENDENTES				TOTAL
	MASCULINO		FEMININO		
	TITULAR	DEPENDENTE	TITULAR	DEPENDENTE	
00 – 18	0	12	0	12	24
19 – 23	2	2	2	13	19
24 – 28	2	0	5	2	9
29 – 33	6	0	2	2	10
34 – 38	1	2	4	3	10
39 – 43	5	0	0	1	6
44 – 48	5	1	0	5	11
49 – 53	4	1	2	0	7
54 – 58	5	2	5	2	14
59 ou mais	19	3	15	15	52
TOTAL	49	23	35	55	162



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**13.2** A título de informação, para uma maior transparência, informamos o quantitativo de vida de ex-empregados aposentados, demitidos sem justa causa (artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 9.656/1998 e suas alterações) e agregados (filhos dos beneficiários titulares maiores de 24 anos), que poderão ou não ingressar no plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, no quadro abaixo:

FAIXA ETÁRIA	INATIVOS E AGREGADOS				TOTAL
	MASCULINO		FEMININO		
	TITULAR	DEPENDENTE	TITULAR	DEPENDENTE	
00 – 18					
19 – 23					
24 – 28	1				1
29 – 33			1		1
34 – 38					
39 – 43					
44 – 48	1				1
49 – 53					
54 – 58	1		1		2
59 ou mais	8		7	5	20
TOTAL	11	0	9	5	25

**13.2.1** É garantido aos ex-empregados aposentados (inativos) o ingresso no plano de saúde, com as mesmas condições assistenciais, no que se inclui paridade na forma de atendimento e nos valores de custeio, de acordo com os valores pagos pela **CODIN** pelos empregados ativos. O artigo 31 da Lei 9.656/1998 impõe que ativos e inativos sejam inseridos em plano de saúde coletivo único, contendo as mesmas condições de cobertura assistencial e de prestação de serviço – o que inclui, para todo o universo de beneficiários, a igualdade de modelo de pagamento e de valor de contribuição.

**13.2.2** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, dos ex-empregados aposentados, demitidos sem justa causa (artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 9.656/1998 e suas alterações) e agregados (filhos dos beneficiários titulares maiores de 24 anos), será custeado integralmente pelo beneficiário titular com recursos próprios, com cobrança feita mediante boleto bancário, sem qualquer participação da **CODIN**.

#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância da Proposta de Preços, do Regulamento de Licitações da CODIN e da legislação vigente;
- Prestar o serviço conforme estabelecido neste Termo de Referência;
- Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- Comunicar ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- i) Manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- j) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da **CLÁUSULA DA RESPONSABILIDADE DO INSTRUMENTOS CONTRATUAL**;
- l) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros
- m) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

## 15. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

**15.1** O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

**15.2** Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

**15.3** Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

**15.4** A **CODIN** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**15.5** Para efeito de demonstração de exequibilidade, não se admitirá proposta que importe em ausência de lucro ao licitante em relação ao contrato advindo da licitação.

**15.6** A referida proposta de preço deverá ter validade de no mínimo 60 (sessenta dias).

## 16. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO

O presente critério de julgamento técnico não é aplicável na contratação em questão, por não se tratar de licitação do tipo técnica e preço e sim de **MENOR PREÇO**.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**17.1 A CONTRATADA** deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, através dos seguintes documentos:

**17.2 Da Habilitação Jurídica**

**17.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

**17.3 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**17.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
  - c.1) Fazenda Federal:** apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
  - c.2) Fazenda Estadual:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro**, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda **e a** Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, **expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual**;

**c.3) Fazenda Municipal:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

**d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;**

**e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.**

**f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS):** apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991.

**17.3.1.1** Na hipótese de se tratar de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

**17.3.1.2** Em sendo declarada vencedora do certame Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com débitos fiscais e trabalhista ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período.

**17.3.1.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da **CODIN**.

**17.3.1.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Regulamento de Licitações da **CODIN**.

#### **17.4 Da Qualificação Econômico-Financeira**

**17.4.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. **Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.**

**17.4.1.1** As certidões comprobatórias do atendimento do **item 17.4.1**, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

**17.4.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**17.4.3** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar o **Balanço Patrimonial ou Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, admitindo-se a sua substituição pela declaração de imposto de renda do último exercício, no caso de sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou capital fechado, sendo vedada a substituição do balanço e das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

São considerados aceitos “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

- ✓ Publicado em Diário Oficial; ou
- ✓ Publicado em jornal; ou,
- ✓ Por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de abertura e encerramento; ou
- ✓ Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

**17.4.3.1 O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** devem estar devidamente datados e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. **A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade é indispensável.**

**17.4.4** Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir, por meio dos documentos indicados no item anterior, de que a empresa apresenta de Índice de Liquidez Corrente-ILC e Índice de Liquidez Geral-ILG com resultado igual ou maior que 1 (um) e o Índice de Endividamento menor que 1 (um), como segue:

**Índice de Liquidez Corrente – ILC**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > \text{ou} = 1$$

**Índice de Liquidez Geral – ILG**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > \text{ou} = 1$$

**Índice de Endividamento – IE**

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \text{ou} < 1$$



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

### **17.5 Das Cooperativas**

**17.5.1** Será admitida a participação de cooperativas que atendam o objeto licitado, bem como, conforme o caso, as exigências do **item 17**, no que couber, e apresentem os seguintes documentos:

**I.** Ata de fundação.

**II.** Estatuto social, com a ata da assembleia de aprovação.

**III.** Regimento interno, com a ata da assembleia de aprovação.

**IV.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia de aprovação.

**V.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias, com a ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros.

**VI.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais.

**VII.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame.

**VIII.** Relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**IX.** Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados.

**X.** Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

**XI.** O registro previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764 de 16/12/197;

**XII.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

**17.6** Para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da Internet ou a qualquer outro repositório cabível, inclusive os autos de outros processos licitatórios da **CODIN**, poderão ser produzidos pelo Pregoeiro, que os juntará ao processo.

**17.6.1** A possibilidade de consulta prevista no **item 17.6** não constitui direito do licitante, e a **CODIN** não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios necessários, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

### **18. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**18.1** A **LICITANTE VENCEDORA** compete assegurar aos beneficiários regularmente inscritos no plano de saúde, os serviços e condições descritas neste documento, observando ainda as coberturas garantidas pela Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, bem como as Resoluções e disposições da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como as coberturas obrigatórias incluídas e asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar, posteriores a Licitação.

**18.2** O plano **DEVERÁ** compreender assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, urgência, emergência, com abrangência em todo Estado do Rio de Janeiro, com internações em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, o quarto coletivo deverá ter no máximo 2 (dois) leitos. A priorização/concentração de unidades deve ser nos Municípios do Rio de Janeiro, de Niterói, de São Gonçalo, de Três Rios e de Campos dos Goytacazes.

**18.3** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DARÁ** direito a acompanhante permanente, com alimentação incluída, no caso de paciente menor de 18 anos, ou igual ou superior a 60 anos, e os portadores de necessidades especiais também têm esse direito, se o médico assistente recomendar.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**18.4** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial deve compreender cobertura de consultas médicas, cirurgias, serviços médicos, ambulatoriais, hospitalares, de diagnóstico, de tratamento, laboratoriais e de exames, procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e terapêuticos, remoções e atendimento de urgência e emergência, **DEVERÁ SER** sem limite de valor ou quantidade, ressalvado os casos expressamente indicados neste instrumento.

**18.5** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DEVERÁ SER** sem carência para prestação dos serviços aos beneficiários e dependentes incluídos e a serem incluídos durante a vigência do contrato.

**18.6** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DEVERÁ SER** executado por meio de serviços próprios da **LICITANTE VENCEDORA** ou por terceiros por ela credenciados, referenciados incluindo profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas básicas e especializadas, laboratórios, médicos de família e/ou enfermeiros de família.

**18.7** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DEVERÁ** compreender o atendimento HOME CARE, bem como domiciliar de urgência e/ou emergência.

**18.8** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DEVERÁ SER** sem limites de permanência para internações hospitalares, inclusive, UTI/CTI e UTI NEONATAL.

**18.9** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **DEVERÁ** oferecer, no mínimo 01 (uma) Clínica Especializada em tratamento de Dependência Química, com nível de excelência dentro da doutrina adotada pelos 12 passos.

**18.10** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **SOMENTE PERMITIRÁ** a inclusão de dependentes no mesmo plano do titular.

**18.11** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial **PERMITIRÁ** ao beneficiário titular e seus dependentes a transferência para um plano superior ao contratado pela **CODIN**, desde que o valor da diferença entre os planos, seja integralmente custeado pelo beneficiário titular com desconto em folha de pagamento e repassado a Operadora do Plano. Ficando assegurada esta transferência sem qualquer carência.

**18.12** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial será prestado, por rede própria e credenciada ou referenciados e deverá ser oferecida no Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo a mútua utilização em serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial, auxiliar e internação, incluindo serviços de urgência e de emergência 24 (vinte e quatro) horas, bem como, o mínimo de **30 (trinta) Hospitais e/ou Casas de Saúde, 300 (trezentos) Consultórios Médicos em estabelecimento de pessoa física ou jurídica**, observando-se a abrangência/cobertura das Regiões de Saúde da Resolução Normativa nº 259 e 268, ambas da ANS, bem como suas alterações, também para o uso de rede credenciada de urgência e emergência, no Estado do Rio de Janeiro. A priorização/concentração de unidades deve ser nos Municípios do Rio de Janeiro, de Niterói, de São Gonçalo, de Três Rios e de Campos dos Goytacazes.

**18.13** O plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial deverá ser privado coletivo empresarial, com patrocínio total da **CODIN** e sem coparticipação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**18.14 A LICITANTE VENCEDORA OBRIGA-SE A PROCEDER** ao credenciamento ou a incluir como cooperado serviços médicos e hospitalares de interesse da **CODIN**, desde que os indicados aceitem e satisfaçam os critérios abaixo relacionados:

- a)** Aceitação da tabela praticada pela **LICITANTE VENCEDORA**.
- b)** Atendimento aos pré-requisitos técnicos para o credenciamento ou Cooperação.
- c)** Por ocasião da assinatura do contrato, a **LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ** entregar, por escrito, à **CODIN** os pré-requisitos técnicos para credenciamento, para conhecimento por parte da área gestora da **CODIN**.
- d)** Caso o credenciamento não seja aceito pela **LICITANTE VENCEDORA**, ela deverá apresentar as devidas justificativas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo essas justificativas serem questionadas pela área gestora da **CODIN**.

**18.15** Sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com consultórios e clínicas especializadas, hospitais ou casas de saúde a **LICITANTE VENCEDORA** deverá, obrigatoriamente, informar à área gestora da **CODIN**, o motivo do descredenciamento de forma clara, bem como, a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região e/ou adjacências, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o descredenciamento, mediante novo credenciamento, preservando o elevado nível de atendimento, comunicando, em seguida, à **CODIN** as providências adotadas.

- a)** O não cumprimento do que determina o subitem acima, a **LICITANTE VENCEDORA** ficará sujeita às penalidades previstas no contrato.

**18.16 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ** ter 01 (uma) Central de Atendimento, (Tele Atendimento) durante as 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, para prestar orientações, autorizações diversas e resolver todos os assuntos ligados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação.

**18.17 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ** autorizar os procedimentos cirúrgicos eletivos (programados), bem como os exames de maior complexidade no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis excetuando-se as hipóteses em que comprovadamente houver a utilização de próteses, matérias e equipamentos a serem utilizados no ato cirúrgico, e ainda as autorizações que dependam de segunda opinião de consultoria técnica da especialidade médica em questão, este prazo será de 21 (vinte e um) dias úteis. As marcações de consultas e exames de caráter não emergencial obedecerão, rigorosamente, as disposições editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**18.18 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ** aceitar todos (as) os (as) filhos (as) dos beneficiários titulares maiores de 24 (vinte e quatro) anos que manifestem o interesse de ingressar no plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial independente de se encontrarem ou não no Plano Vigente. O plano será custeado integralmente pelo beneficiário titular com recursos próprios, com cobrança feita mediante boleto bancário e **sem qualquer participação da CODIN**.

**18.19 A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ** aceitar todos(as) os(as) demitidos ou exonerados sem justa causa e ex-empregados(as) aposentados(as) que contribuíram para o plano de saúde contratado, em decorrência de vínculo empregatício, o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, que manifestem o interesse de ingressar no plano de assistência médica, clínica, hospitalar, obstetrícia, ambulatorial e laboratorial, que será custeado integralmente pelo beneficiário titular com recursos próprios, com cobrança feita mediante boleto bancário, sem qualquer participação da **CODIN**. (Art. 4º Resolução Normativa - RN Nº 279/2011).

**18.20** Será permitida a participação de cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais, desde que apresentem ata ou documento equivalente que comprovem o rol dos responsáveis, periodicidade e competência para adimplemento contratual e, ainda, no caso de cooperativas singulares deverão apresentar modelo de gestão





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**18.20.1** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**18.21** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**18.22** Não será permitida a participação de empresas, que estejam reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição. A vedação de empresas em consórcio se dá em razão do objeto do processo licitatório não ser complexo, podendo ser executado de forma individual, sem prejuízo à sua competitividade.

**18.23** Não será admitida a subcontratação total ou parcialmente, do objeto licitatório.

**18.24** Não serão aceitos custos de implantação dos serviços.

## **19. DOS BENEFICIÁRIOS**

**19.1** Para efeito de utilização dos serviços de assistência médico-hospitalar ambulatorial consideram-se beneficiários os diretores, empregados, empregados cedidos, bem como aos seus servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão e seus respectivos dependentes, e aos seus estagiários e jovens aprendizes, a saber:

### **19.1.1 Titulares:**

- a) Os diretores da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- b) Os empregados da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- c) Os empregados cedidos e servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão, desde que em atividade.
- d) Os estagiários e os jovens aprendizes da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

**19.1.2 Dependentes:** Somente dos diretores, empregados, empregados cedidos, servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão:

- a) cônjuge;
- b) companheiro (a) designado (a) de união estável;





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- c) cônjuge separado ou divorciado, desde que a condição de beneficiária do plano de saúde seja mantida na sentença respectiva, vedada, nessa hipótese, a inclusão de novo (a) companheiro (a) e de novo cônjuge e/ou com percepção de pensão alimentícia do beneficiário titular;
- d) filhos (as), naturais ou adotivos (as), e enteados (as) solteiros (as) até 24 (vinte e quatro) anos;
- e) menores equiparados aos filhos, até 24 (vinte e quatro) anos, que por determinação judicial, estejam sob a guarda e/ou tutela do beneficiário.
- f) filhos (as) naturais ou adotivos (as), inválidos (as) de qualquer idade, assim considerados aqueles informados na declaração do Imposto de Renda do beneficiário titular.

**19.1.2** Os estagiários e os jovens aprendizes da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, **NÃO TERÃO DIREITO** a inclusão de dependentes.

## 20. DA REMOÇÃO

Ocorrerão por conta da **LICITANTE VENCEDORA**, as despesas com remoção de pacientes, em condições compatíveis com o quadro clínico avaliado pelo médico de plantão da **LICITANTE VENCEDORA** responsável pelo atendimento, que antecede a remoção, nas seguintes situações:

**20.1** Da residência para o hospital, em razão da necessidade de internação e/ou incapacidade de locomoção própria em segurança e com risco de agravamento do quadro clínico do paciente removido, inclusive nos casos de emergências e urgências psiquiátricas.

**20.2** Do hospital para residência, quando for caracterizada a necessidade pelo médico assistente.

**20.3** Entre Hospitais, no caso de realização de exames e/ou transferência.

## 21. DAS HOSPITALIZAÇÕES E INTERNAÇÕES

**21.1** As hospitalizações deverão ser em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, sendo facultado, a **LICITANTE VENCEDORA** dar o acesso à acomodação individual ou superior, sem ônus adicional.

**21.2** As Internações em hospitais e/ou clínicas especializadas serão isentas de despesas médicas, diárias, serviços dietéticos, taxas de internação e de salas de cirurgia, inclusive para partos, gessos, oxigênio e medicamentos prescritos e ministrados no hospital e/ou clínica, honorários médicos, serviços de enfermagem e exames necessários para qualquer tipo desses atendimentos;

**21.3** Garantia de diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes de dependentes menores de 18 (dezoito) anos, e para os acompanhantes dos beneficiários acima de 60 (sessenta) anos, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** proporcionar segundo o critério médico, as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, sem nenhum ônus adicional, inclusive o custo com refeições do acompanhante.

## 22. DA REMISSÃO



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**22.1** No caso de falecimento de empregado (a) da **CODIN**, os beneficiários remidos (dependentes e agregados) terão direito aos serviços e benefícios previstos pelo **prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar do óbito, cabendo o custo total deles, por conta da **CODIN**.

**22.2** É expressamente vedada a continuidade no Plano após o período supracitado de remissão, mesmo com o pagamento integral da mensalidade.

**22.3** A **LICITANTE VENCEDORA** assumirá os remidos da contratada anterior respeitando os prazos de termos atualmente vigentes (limitados a 60 meses).

**22.4** Fica assegurado ao recém-nato, da empregada falecida durante o parto, os direitos de Beneficiário dependente, conforme caput da cláusula supramencionada, bem como, do recém nato, no caso de falecimento da esposa do empregado da **CODIN**.

### 23. DAS COBERTURAS

**23.1** Estarão cobertos pelo Contrato, sem limite de utilização de internações, consultas, exames e demais procedimentos, todos os serviços contemplados pela Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, bem como todos os procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da ANS e suas alterações.

**23.2** Cobertura para cirurgia reparadora de mama, abdômen avental, inclusive ginecomastia (masculina), pitose, xantelasma, desde que seja comprovada a necessidade do ato cirúrgico por Especialista credenciado.

**23.2.1** A cirurgia referente ao **item 23.2** poderá ser submetida à perícia pela **LICITANTE VENCEDORA**.

**23.3** Cobertura, **OBRIGATÓRIA**, para cirurgia plástica reparadora no caso decorrente de cirurgia bariátrica, bem como nos casos de extirpação total ou parcial de mama.

**23.4** Cobertura para tratamentos de fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutricionista e psicólogo seguirão o número de sessões previstas em Lei, Normas Regulamentadoras da ANS e suas atualizações, por beneficiário, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** fornecer relação de profissionais credenciados.

#### 23.5 HOME CARE:

**23.5.1** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá prestar, **OBRIGATORIAMENTE**, os serviços de **HOME CARE**, compatível com a necessidade do segurado, mediante indicação do Médico que acompanha o tratamento do Titular, Dependentes e Agregados, sem limite de utilização;

**23.5.2** A **LICITANTE VENCEDORA** poderá oferecer outro tipo de programa de qualidade de vida, contudo a concessão de outros programas não a eximirá de sua obrigatoriedade dos serviços de **HOME CARE**.

**23.5.3** Obriga-se a **LICITANTE VENCEDORA** a assumir os custos decorrentes de hospitalizações e **HOME CARE** remanescente do Contrato anterior, a partir do início da vigência do Contrato, de forma a evitar a descontinuidade do tratamento.

**23.5.4** A **CODIN** obriga-se a informar através de listagem os beneficiários hospitalizados, bem como, beneficiários sob o acompanhamento dos serviços de **HOME CARE**, a partir da assinatura do Contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**23.5.6** É facultada a remoção de pacientes a que se refere o subitem anterior, para hospitais da rede credenciada da **LICITANTE VENCEDORA**, desde que tenha condições de remoção, de acordo com o quadro clínico apresentado.

**23.6** Fica a **LICITANTE VENCEDORA** obrigada a fornecer medicamentos e todos os materiais necessários nos casos em que a operadora ofereça internação domiciliar como alternativa à internação hospitalar.

## **24. DO REEMBOLSO**

**24.1** Para **PLANO DE SAÚDE BÁSICO** não haverá reembolso, exceto para os determinados pela legislação vigente.

**24.2** Caso o beneficiário titular e seus dependentes tenham feito a transferência para um plano superior ao contratado pela **CODIN**, reembolso das despesas se dará em conformidade com as regras e valores estabelecidos pela ANS, após a entrega da documentação adequada.

## **25. DO REAJUSTE**

No caso de prorrogação do prazo contratual, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA, item "Planos de Saúde", com periodicidade anual, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

## **26. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**26.1** O contrato, oriundo do presente Termo de Referência, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas nos artigos 115 e 116 do Regulamento de Licitações CODIN, mediante termo aditivo.

**26.2** Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 116 citado acima, haverá demonstração objetiva do fato em processo administrativo e acordo entre as partes.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**27.1** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Licitante e/ou Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a)** Advertência;
- b)** Multa administrativa;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**27.2** O licitante que, convocado nos prazos indicados nesse edital e/ou nos prazos oficialmente divulgados pela **CODIN**, conforme o caso, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

contratar com **CODIN**, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme disposto no **artigo 122 do Regulamento de Licitações da CODIN**, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**27.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**27.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**27.4** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada preferencialmente dos pagamentos eventualmente devidos pela **CODIN**, e, somente posteriormente, da garantia do respectivo contratado.

**27.4.1** Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela **CODIN** e ao valor da garantia contratual, além da perda destes, responderá o contratado pela sua diferença, que será cobrada amigavelmente ou judicialmente

**27.5** As sanções previstas nas **alíneas “a” e “c” do item 27.1** poderão ser aplicadas juntamente com a da **alínea “b”**.

**27.6** Caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção

**27.7** As sanções das **alíneas “b” e “c” do item 27.1** somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo, ficando a critério da autoridade competente a instauração de processo administrativo formal para aplicação da sanção de que trata a **alínea “a” do item 27.1**.

**27.7.1** Caso a autoridade competente decida pela dispensa de instauração de processo administrativo formal para a aplicação da sanção de que trata a **alínea “a” do item 27.1**, todos os atos, documentos e registros pertinentes poderão ser realizados e devidamente gravados exclusivamente em meio eletrônico, em pasta eletrônica própria, observadas as regras para aplicação de penalidades previstas neste edital, especialmente o **item 27.1**, e o **Regulamento de Licitações da CODIN**.

**27.8** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN** poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional nas hipóteses previstas no **artigo 122 do Regulamento de licitação da CODIN**.

**27.9** A cada conjunto de 03 (três) sanções, classificadas como de menor gravidade e aplicadas com base na **alínea “a” do item 27.1**, será obrigatoriamente aplicada a sanção prevista na **alínea “b” do item 27.1**, observado o disposto no **item 27.11**.

**27.9.1** Nesta hipótese, a 3ª (terceira) sanção de advertência (**alínea “a” do item 27.1**) será aplicada em conjunto com a sanção de multa (**alínea “b” do item 27.1**).

**27.10** A advertência poderá ser aplicada quando a Licitante e/ou Contratada não apresentar a **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, e a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**27.11** A multa administrativa, prevista na **alínea b, do item 27.1**:

**a)** Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

**27.12** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CODIN**, prevista na **alínea c, do item 27.1:**

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**27.13** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**27.14** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**27.14.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**27.14.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**27.14.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**27.14.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**27.15** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela **CODIN**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**27.16** As penalidades previstas no **item 27.1** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**27.16.1** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação ou de declaração de inidoneidade ficarão impedidos de contratar com a **CODIN** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**27.17** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**27.17.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central do Sistema Logístico o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na **alínea “c” do item 27.1.**

## **28. DA MINUTA DO CONTRATO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

A Minuta do Contrato a ser firmado será encaminhado em anexo ao presente Termo de Referência.

## 29. DA PLANILHA DE CUSTO

A Planilha de Custo, não acompanhará o presente Termo de Referência, tendo em vista que o orçamento previsto para uma licitação de uma empresa de economia mista é SIGILOSO:

Lei Federal nº 13.303/2016 - Artigo 34: O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, .....

Regulamento de Licitações da CODIN, § 2º do artigo 10: O valor estimado das contratações será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, quando justificado.

Regulamento de Licitações da CODIN, § 2º do artigo 40: Quando o critério de julgamento for o de menor preço, o valor estimado do objeto da licitação será sigiloso, facultando-se à CODIN, mediante justificativa na fase de Preparação prevista no inciso I do Artigo 28 deste Regulamento, conferir publicidade ao valor estimado, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2021.

### Termo de Referência elaborado por:

**Nome:** Rosangela Pires  
**Cargo:** Gerente  
**Setor:** DIVRHU/SUPAD  
**Id. Funcional:** 43474268

**Nome:** Vinícius Oliveira  
**Cargo:** Assessor  
**Setor:** DIVRHU/SUPAD  
**Id. Funcional:** 5101536

### Chefe do Setor demandante:

**Nome:** Angelina M.M. Pamplona  
**Cargo:** Superintende SUPAD  
**Setor:** SUPAD  
**Id. Funcional:** 4397060

### Termo de Referência aprovado por:

**Nome:** Carlos Adriano Klafke Dos Santos  
**Cargo:** Diretor de Administração e Finanças  
**Setor:** Diretoria  
**Id. Funcional:** 51034905